



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
23ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE COMBATE MECANIZADA
(Companhia Capitão-Mor Bartolomeu Bueno da Silva/1975)

TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo nº80581.004629/2024-50)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO


1.1. Contratação de empresa especializada em serviços gráficos e serviços de bordado, ambos com fornecimento de material, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento., nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento

a) SERVIÇOS GRÁFICOS:


ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	U.M	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	PASTA CONFECCIONADA EM COURO , cor preta, almofadada, com dois bolsos internos para armazenamento de papel tamanho A4, porta-caneta e porta-cartão. Fechamento externo por fecho, no sentido vertical. Dimensões: 33,0cm x 25,0cm x 0,50cm. Impressão do logo da OM na capa, nas dimensões 50mm x 38mm. Processo de gravação 'hot stamping', tipo 'venissage'. Arte fornecida pela Seção Requisitante pelo e-mail almox@23ciaecmb.eb.mil.br		UND	40	R\$ 210,64	R\$ 8.425,60



	 <p>(imagem ilustrativa)</p>					
2	<p>PASTA COM LAMINAÇÃO e brilho na parte externa, contendo logo da 23ª CIA E CMB MEC e sua nomenclatura na frente, medindo 32x23cm, confeccionada em papel triplex e 01 bolso interno, personalizada com gravação do logo institucional e colorido, gramatura 280 g/m. Pacote com 100 unidades. Arte fornecida pela Seção Requisitante pelo e-mail almox@23ciaecmb.eb.mil.br</p>  <p>(imagem ilustrativa)</p>		UND	2	R\$ 891,00	R\$ 1.782,00
3	<p>Serviço de confecção de Placa de metal com estojo aveludado: Placa medindo 29,7 cm de comprimento por 21 cm de largura. Estojo para placa medindo 34,7 cm comprimento por 24 cm de largura com altura de 2,5 cm), com a tampa fechada, na cor verde oliva ou preta. Arte fornecida pela Seção Requisitante pelo e-mail almox@23ciaecmb.eb.mil.br</p>		UND	30	R\$ 292,80	R\$ 8.784,00

	 <p>(imagem ilustrativa)</p>					
4	<p>Panóplia em MDF no formato do símbolo da 23ª CIA E CMB MEC com gravação do posto e graduação e nome de guerra do militar, Tamanho 200x160mm ou 200x160mm. Acompanha pedestal.Arte fornecida pela Seção Requisitante pelo e-mail almox@23ciaecmb.eb.mil.br</p>  <p>(imagem ilustrativa)</p>		UND	30	R\$ 193,30	R\$ 5.799,00
5	<p>Lembrança personalizada da 23ª CIA E CMB MEC. Tamaho 340X160X150MM. Contém : Miniatura guaraní na escala 1/35, plaqueta personalizada e logo da OM com base-produzido em MDF cortado a laser.</p>		UND	30	R\$ 346,03	R\$ 10.380,90



	 <p>(imagem ilustrativa)</p>					
6	Serviço de Confecção e , instalação etiqueta personalizada – adesivo colorido. Distintivo 23ª CIA E CMB MEC , altura 29,5 cm x largura 24,5 cm. Incluso neste serviço toso os ônus como mão de obra, deslocamento e 2hrs trabalhadas.		UND	15	R\$ 146,06	R\$ 2.190,90
7	Serviço de Confecção e , instalação etiqueta personalizada – adesivo colorido. Distintivo 23ª CIA E CMB MEC , altura 40largurax50altura. Incluso neste serviço toso os ônus como mão de obra, deslocamento e 2hrs trabalhadas na instalação.		UND	15	R\$ 146,06	R\$ 2.190,90
8	Serviço de Confecção, instalação etiqueta personalizada – adesivo colorido. Distintivo Serviço de Saúde , altura 60L cm x largura 60 Altura cm. Incluso neste serviço todo os ônus como mão de obra, deslocamento e 2hrs trabalhadas na instalação		UND	15	R\$ 146,06	R\$ 2.190,90
9	Serviço de Confecção, instalação etiqueta personalizada – adesivo colorido. Distintivo Comando Militar do Planalto , altura 40Lx50A. Incluso neste serviço toso os ônus como mão de obra, deslocamento e 2hrs trabalhadas na instalação		UND	15	R\$ 146,06	R\$ 2.190,90
10	Serviço de Confecção, instalação etiqueta				R\$ 146,06	


	personalizada – adesivo colorido. Distintivo Comando Militar do Planalto , altura 29,5 cm x largura 24,5 cm. Incluso neste serviço toso os ônus como mão de obra, deslocamento e 2hrs trabalhadas na instalação		UND	15		R\$ 2.190,90
11	Serviço de Confecção, instalação etiqueta personalizada – adesivo colorido. Distintivo 3ª Brigada de Infantaria Mecanizada , altura 29,5 cm x largura 24,5 cm. Incluso neste serviço toso os ônus como mão de obra, deslocamento e 2hrs trabalhadas na instalação		UND	15	R\$ 146,06	R\$ 2.190,90
12	Serviço de Confecção, instalação etiqueta personalizada – adesivo colorido. Distintivo 3ª Brigada de Infantaria Mecanizada , altura 40 L cm x 50Altura cm. Incluso neste serviço todo os ônus como mão de obra, deslocamento e 2hrs trabalhadas.		UND	15	R\$ 146,06	R\$ 2.190,90
13	BANNER em impressão digital colorida 4x0 cores, em lona de 440g, com acabamento em baguete de madeira ou alumínio e ponteira. Resolução mínima de 1.440 dpi. Tamanho: 1,20 x 1m largura . Arte fornecida pela Seção Requisitante pelo e-mail almox@23ciaecmb.eb.mil.br		UND	10	R\$ 156,57	R\$ 1.565,70
14	Serviço de confecção Banner 60 cm x 90 cm com Bastão e Corda Material: Lona Resistente 440g, Impressão: Colorido Digital, Arte fornecida pela Seção Requisitante pelo e-mail almox@23ciaecmb.eb.mil.br		UND	10	R\$ 131,84	R\$ 1.318,40
15	Serviço de confecção Banner 100 cm x 150 cm com Bastão e Corda Material: Lona Resistente 440g, Impressão: Colorido Digital, Arte fornecida pela Seção Requisitante pelo		UND	10	R\$ 271,68	R\$ 2.716,80

	e-mail almox@23ciaecmb.eb.mil.br					
16	Serviço de confecção de FAIXA 80 cm x 120 cm com Bastão e Corda Material: Lona Resistente 440g, Impressão: Colorido Digital, Arte fornecida pela Seção Requisitante pelo e-mail almox@23ciaecmb.eb.mil.br		UND	10	R\$ 182,33	R\$ 1.823,30
17	Serviço de confecção de FAIXA 100 cm x 200 cm com Bastão e Corda Material: Lona Resistente 440g, Impressão: Colorido Digital, Arte fornecida pela Seção Requisitante pelo e-mail almox@23ciaecmb.eb.mil.br		UND	10	R\$ 292,60	R\$ 2.926,00
18	Serviço de confecção de crachá de identificação veicular para militares e visitantes . Material do cartão: PVC, Formato do cartão: Tipo Cabide Formato: 100x245 mm Espessura: 2 mm Impressão: Frente e Verso (colorido) Arte fornecida pela Seção Requisitante pelo e-mail almox@23ciaecmb.eb.mil.br  (imagem ilustrativa)		UND	80	R\$ 39,83	R\$ 3.186,40
19	Placa identificação - placa identificação de Seção , material aço inox, comprimento 24 cm, altura 7 cm, características adicionais logo da OM, nome da seção, acabamento superficial escovado, aplicação identificação, espessura 2 mm. Arte fornecida pela Seção Requisitante pelo e-mail almox@23ciaecmb.eb.mil.br		UND	25	R\$ 111,90	R\$ 2.797,50

	 <p>(imagem ilustrativa)</p>					
20	<p>Crachá de identificação de pessoas, com cordão do tipo fita, SEM FOTO, para visitantes, veteranos, pensionistas e Ex militares. Material PVC, Tam:5.5 cm x 8.5 cm, simple face. Arte fornecida pela Seção Requisitante pelo e-mail almox@23ciaecmb.eb.mil.br</p>  <p>(imagem ilustrativa)</p>		UND	80	R\$ 14,50	R\$ 1.160,00
21	<p>serviço de confecção tapete TIPO CAPACHO personalizado, fabricado com filamento de vinil entrelaçado, costado sólido não espumado também em vinil, cor predominante a definir pela contratante, lavável, não propagador de chamas, antiderrapante, com propriedades microbiológicas que inibem o crescimento de fungos, fixado no costado por fusão térmica durante o processo de produção, espessura mínima de 2cm, personalizado com arte final fornecida pela contratante, tamanho 100x60cm, material por conta da contratada. Arte</p>		UND	25	R\$ 213,66	R\$ 5.341,50

	fornecida pela Seção Requisitante pelo e-mail almox@23ciaecmb.eb.mil.br					
22	<p>Confecção de calendário de mesa, personalizado com logo da 23ª CIA E CMB MEC. Permanente. Base: tríplex 300g - 4x0 cores miolo: coche 230g - 4x4 cores, com espiral, 6 folhas e 12 imagens, com arte enviada pela contratante. 4/4 cores. 300g/m. tamanho 20 x 12 cm. Ano a ser definido.</p>  <p>(imagem ilustrativa)</p>		UND	30	R\$ 38,05	R\$ 1.141,50
23	<p>Serviço de confecção de Plaquetas de homenagens incluindo texto a ser personalizado, em acrílico medindo 10x15cm, horizontal, conteúdo distintivo da OM. Arte fornecida pela Seção Requisitante pelo e-mail almox@23ciaecmb.eb.mil.br</p>  <p>(imagem ilustrativa)</p>		UND	30	R\$ 39,85	R\$ 1.195,50
24	<p>Serviço de MDF cortado a laser, do tipo arredondado, da Arma de ENGENHARIA do Exército Brasileiro, para homenagens. Acompanha pedestal para suporte de mesa. Arte fornecida pela Seção Requisitante pelo e-mail almox@23ciaecmb.eb.mil.br</p>		UND	20		

	 <p>(imagem ilustrativa)</p>				R\$ 190,00	R\$ 3.800,00
25	<p>Lembrança de despedida de militares 23ª CIA E CMB MEC, produzido em mdf e cortado a laser. Tamanho 290x80x130. Base quadrada com distintivo de OM na lateral e brasão do exército, com plaqueta escrita no solo(texto a definir). Arte fornecida pela Seção Requisitante pelo e-mail almox@23ciaecmb.eb.mil.br</p>  <p>(imagem ilustrativa)</p>		UND	20	R\$ 190,00	R\$ 3.800,00
26	<p>FAIXA de segurança personalizada para porta de vidro, do tipo adesiva, cor azul e vermelho, anti trombada. 3m de comprimento e 5cm de altura, com instalação de até 1hr trabalhadas.</p>		M	5	R\$ 301,96	R\$ 1.509,80
27	<p>PEDESTAL organizador de filas, faixa com cor personalizada com o logo da O.M, sofisticado para balizar,</p>		UND	30		

	<p>guiar, isolar e delimitar fluxos de pessoas em ambientes internos e externos. Fabricado com matéria prima de alta qualidade, tudo de pedestal confeccionado em alumínio e a base confeccionada de ferro fundido granulado com massa composta, recoberta por PEAD. Possui sistema de encaixe. Fita personalizada com o logo da OM, retrátil em nylon na cor preta, com 1,8 de comprimento e 5 cm de largura. Arte fornecida pela Seção Requisitante pelo e-mail almox@23ciaecmb.eb.mil.br</p>  <p>(imagem ilustrativa)</p>				R\$ 390,00	R\$ 11.700,00
--	---	--	--	--	------------	---------------

B) SERVIÇOS DE BORDAGEM:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	U.M	QTD TOTAL	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
28	CONFEÇÃO - BORDADO - AVIAMENTO DE ROUPA / FARDAMENTO / CAMISETA, bordado nome em camiseta, cor verde, camuflada , camiseta por conta da contratante, tamanhos P, M, G, GG, XG. Conforme Regulamento de Uniformes do Exército - RUE		UND	130	R\$ 10,00	R\$ 1.300,00
29	CONFEÇÃO - BORDADO - AVIAMENTO DE ROUPA / FARDAMENTO / CAMISETA, bordado cor preta com nome em camiseta TFM , branca, sem manga,		UND	130	R\$ 10,00	

	camiseta por conta da contratante, tamanhos P, M, G, GG, XG. Conforme Regulamento de Uniformes do Exército - RUE					R\$ 1.300,00
30	CONFECÇÃO - BORDADO - AVIAMENTO DE ROUPA / FARDAMENTO / CAMISETA, sutache bordado tipagem sanguínea , cor preta, sutache por conta da contratante. Conforme Regulamento de Uniformes do Exército - RUE		UND	130	R\$ 10,00	R\$ 1.300,00
31	CONFECÇÃO - BORDADO - AVIAMENTO DE ROUPA / FARDAMENTO / CAMISETA, sutache cor de fundo verde bordado preto com nome de guerra (aprox. 2,5cmx 13cm), Conforme Regulamento de Uniformes do Exército - RUE		UND	130	R\$ 15,00	R\$ 1.950,00
32	CONFECÇÃO - BORDADO - AVIAMENTO DE ROUPA / FARDAMENTO / CAMISETA, sutache cor de fundo verde bordado preto com o nome da OM ou EXÉRCITO , (aprox. 2,5cmx 13cm), Conforme Regulamento de Uniformes do Exército - RUE		UND	130	R\$ 15,00	R\$ 1.950,00
33	CONFECÇÃO - BORDADO - AVIAMENTO DE ROUPA / FARDAMENTO / CAMISETA, distintivo de OM bordado para braço . TAM 8x 6,5cm. Conforme Regulamento de Uniformes do Exército - RUE. Arte a ser enviada pelo requisitante .		UND	130	R\$ 25,00	R\$ 3.250,00
34	CONFECÇÃO - BORDADO - AVIAMENTO DE ROUPA / FARDAMENTO / CAMISETA, bandeira do Brasil bordada . TAM 7,5x 5,5cm. Conforme Regulamento de Uniformes do Exército - RUE.		UND	130	R\$ 18,50	R\$ 2.405,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DE A+B: R\$ 109.945,20 (cento e nove mil novecentos e quarenta e cinco reais e vinte centavos)						

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. ~~O prazo de vigência da contratação é de contados do(a) na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

OU

1.4. ~~O prazo de vigência inicial da contratação é de doze meses após a data da assinatura da ata e . no máximo de 5 anos, contados do(a) da data da assinatura do contrato, anexo a este Edital. prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~1.4.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que [...], sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando [...] OU o Estudo Técnico Preliminar OU os termos da Nota Técnica .../...;~~

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.7. Havendo qualquer divergência entre a descrição do CATSER e a contida neste Termo de Referência, prevalecerá a deste último.

1.8. Não será aceita a especificação do objeto ofertado que contenha somente a expressão “de acordo com o edital” ou expressão semelhante a esta, bem como qualquer especificação que não permita a clara identificação das características do Objeto ofertado.

1.9. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do serviço ofertado, em compatibilidade com o Termo de Referência, minuciando o modelo, tipo, procedência, garantia ou validade, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, em língua portuguesa.

1.10. Os fornecedores nos quais forem vencedores dos grupos aceitos, deverão cumprir e entregar os serviços que for cadastrado no ComprasNet em Descrição do Item, pois muitas vezes não conseguimos achar o CATSER exato com suas características e dimensões no Catálogo.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.1.1. A 23ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada é uma Organização Militar subordinada a 3ª Brigada de Infantaria Mecanizada e tem como missões: multiplicar o poder de combate da Brigada, participar da dissuasão de ameaças aos interesses nacionais, apoiar as operações militares da Grande Unidade ao ser empregada como Força de Emprego Estratégicos, contribuir para a Garantia dos Poderes

Constitucionais, da Lei e da Ordem em sua área de responsabilidade; ficar em condições de ser empregada em ações subsidiárias e de Operações Internacionais, de acordo com os interesses do País.

- 2.1.2.**A eventual licitação de serviços gráficos visa atender as necessidades de atualização no nome da Organização Militar, bem como manter os materiais já existentes no qual encontram-se desgastados pelo bom tempo de uso. Assim também, tendo em vista o processo de mecanização desta Instituição Militar se faz necessário atualizar todas as demandas existentes.
- 2.1.3.**Por outro lado, aproveitando a oportunidade de melhoria, foi incluso novos itens de serviços nos quais não há histórico de pregão existente para os mesmos, entretanto, tais serviços são essenciais para o bom funcionamento Administrativo das seções, despedidas e homenagens de militares, aniversário da OM. A quantidade de destes serviços se justifica pela necessidade de atender as 25(vinte e cinco) seções Administrativas e Operacionais, pátio de formatura, Aprovisionamento, Serviços de Saúde e bem como auxiliar nas instruções dos efetivos variáveis anualmente.
- 2.1.4.**Além disso, foi incluso junto a este processo o serviço de confecção de bordados de camisetas e sutaches, tendo em vista visando atender as necessidades no período básico dos 130 (cento e trinta) recrutas, em média, que são incorporados anualmente, no qual irá compor o efetivo desta OM no ano de 2025.
- 2.1.5.**Conforme já exposto acima, não há pregão anterior que justifique a quantidade de serviços inseridos tendo em vista que este é o primeiro que esta O.M pretende-se adquirir. A utilização de pregão pela forma eletrônica para contratação de serviço gráfico e bordados, comprovada sua natureza comum, irá derradeiramente ocasionar benefícios e vantagens para a Administração Pública, reduzindo o número de Dispensas Eletrônicas nas quais já foram realizadas em anos anteriores.
- 2.1.6.**Através do uso desta ferramenta, se incentiva à realização de licitações com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. Isso ocorre porque o Pregão já é comprovadamente um procedimento mais ágil e que favorece a competição entre os licitantes.
- 2.1.7.**Diante do exposto, verifica-se a gama de atividades desenvolvidas por esta organização militar, sendo, desse modo, necessária a contratação de empresa de serviço gráfico e bordado com aquisição de materiais visto que esta unidade não detém contrato de prestação desta natureza, fato que prejudica o planejamento e a aquisição destes materiais imprescindíveis no desenvolvimento das funções da Companhia.
- 2.1.8.**A contratação de empresa especializada propiciará melhor planejamento, economia e desempenho daqueles que fazem uso deste tipo de material, evitando paralisações ou prejuízos decorrentes de material com estoque baixo ou indisponíveis, além de se conseguir melhores condições de aquisição através do procedimento licitatório realizado com maior número de interessados na prestação deste serviço; proporcionando maior qualidade e desempenho na execução das missões desta Companhia, e contribuindo para o aprimoramento e elevação da qualidade dos serviços prestados a sociedade.
- 2.1.9.**A adoção do uso SRP se enquadra nos incisos II e IV do Art. 3º do Decreto nº 11.462/2023, com fulcro no inciso I, do Art.28 da Lei 14.133/21. Será adotado o Sistema de Registro de Preços, haja vista a conveniência da prestação dos serviços

com previsão de serem de forma parcelados conforme a necessidade, visando minimizar os riscos de desabastecimento e reduzir os custos necessários. Pois, esse possui uma vasta gama de vantagens, principalmente ao permitir a evolução significativa do planejamento das atividades de infraestrutura da Administração.

2.1.10. Nesse sentido, justifica-se ainda a motivação para utilização do Sistema de Registro de Preços em razão da demanda ser eventual e futura, sendo utilizado o registro de acordo com a necessidade dos serviços demandados, levando em consideração o desgaste natural.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2024], conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000077/2024
- II) Data de publicação no PNCP: 20/05/2023
- III) Id do item no PCA: -
- IV) Classe/Grupo: -
- V) Identificador da Futura Contratação: -

OU

2.3. *O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2024], conforme consta das informações básicas deste termo de referência.*

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. As empresas participantes do certame deverão adotar os seguintes critérios de sustentabilidade, no que couber, em razão do disposto no art. 5º IN MPOG nº 01/2010:

4.1.2. que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

4.1.3. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.1.4. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.1.5. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais

como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

- 4.1.6. Os produtos comercializados devem ser constituídos no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 E 15448-2
- 4.1.7. As licitantes devem observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou menor impacto ambiental em relação aos seus similares.
- 4.1.8. Os produtos comercializados devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.
- 4.1.9. Entregar o objeto de acordo com as Normas Legais previstas (NR6 do Ministério do Trabalho e Emprego, INMETRO, ANP, NBR, ABNT, ANVISA e outras), nos prazos e condições estabelecidas no Edital e no Termo de Referência e no Contrato ou equivalente, com certificado de garantia dos materiais adquiridos.
- 4.1.10. Os materiais comercializados devem atender as exigências da Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9605/98), como por exemplo, para a comercialização de carvão deverá ser exigida a licença do vendedor, outorgada pela autoridade competente.
- 4.1.11. Adotar práticas de sustentabilidade ambiental adequada que o objeto contratual o exigir, incluída, quando for o caso, a obrigação de estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante recolhimento dos produtos após o uso pela Administração ou resíduos decorrentes da execução contratual, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, dando destinação ambientalmente adequada aos produtos e as embalagens reunidos ou devolvidos, com o encaminhamento do rejeito para disposição final também ambientalmente adequada, na forma estabelecida pelo órgão competente.
- 4.1.12. Entregar o objeto de acordo com as Normas Legais previstas (INMETRO, ANP, NBR, ANT, ANVISA e outras), nos prazos e condições estabelecidas no Edital e no Termo de Referência e no Contrato ou equivalente, com certificado de garantia dos materiais adquiridos.
- 4.1.13. Só será admitida a oferta de pilhas e baterias cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.(SE FOR O CASO)
- 4.1.14. Por ordem da Contratante, a contratada deverá providenciar o adequado recolhimento das baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata. (SE FOR O CASO)

- 4.1.15. Não são permitidas, à contratada, formas inadequadas de destinação final das baterias usadas originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, tais como:
- 4.1.16. Lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;
- 4.1.17. Queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados;
- 4.1.18. Lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

Indicação de marcas ou modelos (art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)

- 4.2. ~~Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares:~~

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço:

- 4.3. ~~Diante das conclusões extraídas do processo nº 80581.004629/2024-50, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas:~~

Da exigência de carta de solidariedade:

- 4.4. ~~Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.~~

Subcontratação

- 4.5. ~~Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.~~

OU

- 4.6. ~~É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:~~

4.6.1. ~~É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em: (...).~~

4.6.2. ~~A subcontratação fica limitada a [parcela permitida/percentual]~~

- 4.7. ~~O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.~~

Garantia da contratação

- 4.8. ~~Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.~~

OU

- 4.9. ~~Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.~~

- 4.10. ~~Em caso de opção pelo seguro garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.~~

- 4.11. ~~A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.~~
- 4.12. ~~O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.~~

Vistoria

- 4.13. ~~Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.~~
- OU**
- 4.14. ~~A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à quinta-feira das 09:45 horas às 11:30 horas e das 13:30 horas às 16:30 horas e às sextas – feira das 08:00 horas às 11:45 horas na 23ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada, localizada na Avenida Pandiá Calógeras nº 49, Setor Central – Ipameri – GO, CEP 75780-000.~~
- 4.15. ~~Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.~~
- 4.16. ~~Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.~~
- 4.16.1. ~~O representante deverá estar bem uniformizado, conforme legislações internas desta Companhia. Para isso, não adentrarão ao quartel representantes que estejam de bonés, camisetas cavadas, chinelos, roupas decotadas, e saia e shorts acima de joelho.~~
- 4.16.2. ~~O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.~~
- 4.17. ~~Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.~~
- 4.18. ~~A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.~~

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

- 5.1. ~~A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:~~
- 5.1.1. ~~Início da execução do objeto: 30 (trinta) dias corridos da emissão da ordem de serviço;~~
- 5.1.2. ~~Caso seja necessário, mediante autorização prévia do CONTRATANTE, os licitados poderão utilizar serviços de encomenda expressa de mercadoria para cumprimento dos prazos acima (SEDEX ou transportadoras especializadas).~~

- 5.1.3. Os custos de envio por encomenda expressa de mercadoria serão acrescidos ao custo total da peça e terão por base os valores correntes praticados pelo serviço SEDEX da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios), independente da forma de transporte escolhida contratada pelo licitado..
- 5.1.4. O prazo de execução dos serviços será conforme Nota de Crédito específica para este fim e mediante solicitação da Contratante;
- 5.1.5. Os serviços sempre serão acompanhados por um servidor designado (Fiscal de Contrato) pela administração;
- 5.1.6. A execução dos serviços deve ser feita por mão de obra treinada, certificada em órgão competente e preferencialmente com certificações do fabricante/montador do equipamento/viatura.
- 5.1.7. A CONTRATANTE reserva-se o direito de realizar diligências, para fins de verificação e/ou comprovação da capacidade técnico operacional da empresa licitante, caso julgue necessário;
- 5.1.8. Não serão aceitos serviços ou peças em desacordo com as especificações constantes do presente Termo de Referência;
- 5.1.9. A CONTRATADA arcará com todo ônus à completa execução dos serviços de que trata o presente termo, inclusive com despesas para transporte do equipamento, pessoas, viatura, alimentação e etc.
- 5.1.10. A execução dos serviços somente considerar-se-á AUTORIZADA com a prévia autorização para início do serviço por parte do responsável, o qual dará o DE ACORDO para a execução dos mesmos;
- 5.1.11. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de até 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;
- 5.1.12. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos.
- 5.1.13. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado;
- 5.1.14. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;
- 5.1.15. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se por todo e qualquer dano ou prejuízo causados por seus empregados, representantes ou prepostos, direta ou indiretamente, à CONTRATANTE ou a terceiros, inclusive aos decorrentes de serviços com vícios ou defeitos, constatáveis nos prazos das garantias, mesmo expirado o vencimento do contrato e para isto, ao fim de todo serviço, será exigida a apresentação do responsável técnico pelo serviço, que assinará o pronto do serviço na finalização da Ordem de Serviço, a qual deverá acompanhar a Nota Fiscal.

- 5.1.16.** A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo Fiscal de Contrato da 23ª Companhia de Engenharia de Combate ou por outro agente designado pela CONTRATANTE, que terá, entre outras atribuições, poderes para gerir e fiscalizar o objeto da licitação, nos termos do Art. 117 da Lei Nº 14.133/21. Caberá a este servidor o ateste de conformidade dos serviços ou entrega de bens;
- 5.1.17.** O fiscal do contrato pode paralisar qualquer serviço ou entrega de peça que esteja sendo executada em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária, bem como adotar as providências e exercer as competências da fiscalização previstas no Termo de Referência;
- 5.1.18.** A Contratação em tela envolve serviços gráficos e serviços de bordado, e tem como objetivo a contratação de diversos produtos auxiliares às atividades de assessoria de imprensa, planejamento de comunicação e relações-públicas bem como incorporação de militares, envolvendo o Comando Militar do Planalto e suas OM subordinadas
- 5.1.19.** Para os serviços de bordados, a empresa deverá cumprir perfeitamente o que prescreve o Regulamento de Uniformes do Exército – RUE

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. OS SERVIÇOS SERÃO EXECUTADOS CONFORME DISCRIMINADO ABAIXO:

- 5.2.1.** Após a expedição da Ordem de Serviço (OS), mediante emissão da Nota de Empenho (NE) pela CONTRATANTE

Rotinas a serem cumpridas

5.4. *A execução contratual observará as rotinas [abaixo] / em anexo*

- 5.4.1.** Conforme cláusulas contidas no item 5 deste Termo de Referência.

Materiais a serem disponibilizados

- 5.5.** ~~*Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades com base nos quantitativos descritos para cada marca no item 1.1 do termo de referência.*~~

5.5.1. ~~*(...)*~~

5.5.2. ~~*(...)*~~

5.5.3. ~~*(...)*~~

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

- 5.6.** ~~*A demanda do órgão gerenciador terá como base o subitem 1.1 deste Termo de Referência.*~~

5.6.1. ~~*(...)*~~

5.6.2. ~~*(...)*~~

5.6.3. ~~*(...)*~~

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.7. *O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).*

OU

5.8. *O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 6 (seis) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.*

Procedimentos de transição e finalização do contrato

a. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas [...];

a) ...

b) ...

c) ...

OU

b. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

Preposto

6.6. *A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.*

- ~~6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período~~
- ~~6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.~~

Fiscalização

- 6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

- 6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);
- 6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

- 6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).
- 6.18. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:
- 6.18.1. Acompanhar juntamente com o Gestor de Contratos sobre e perfeita execução dos serviços.

Gestor do Contrato

- 6.19.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 6.20.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 6.21.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 6.22.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 6.23.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 6.24.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 6.25.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1.** A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo XXX, OU outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços OU o disposto neste item.
- 7.1.1.** Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 7.1.2.** não produzir os resultados acordados.
- 7.1.3.** deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 7.1.4.** deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. *A utilização do IMR (anexo ao Edital) não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.*

7.3. *A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:*

7.3.1. *(.....)*

7.3.2. *(.....)*

7.3.3. *(.....)*

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **20(vinte)** dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

- 7.9.5.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.10.** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.11.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.11.1.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.11.2.** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 7.11.3.** Emitir Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.11.4.** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.11.5.** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.12.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.13.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.14.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.15.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#)

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.17.1. o prazo de validade;

7.17.2. a data da emissão;

7.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.17.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.17.5. o valor a pagar; e

7.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação de correção monetária.

Forma de pagamento

- 7.27. *O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.*
- 7.28. *Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.*
- 7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

- 7.31. ~~A presente contratação permite a antecipação de pagamento (parcial/total), conforme as regras previstas no presente tópico.~~
- 7.32. ~~O contratado emitirá recibo/nota fiscal/fatura/documento idôneo/... correspondente ao valor da antecipação de pagamento de R\$ (valor por extenso), tão logo ... (incluir condicionante— ex: seja assinado o termo de contrato, ou seja, prestada a garantia etc.), para que o contratante efetue o pagamento antecipado.~~
- 7.33. ~~Para as etapas seguintes do contrato, a antecipação do pagamento ocorrerá da seguinte forma:~~
- 7.33.1. ~~R\$..... (valor em extenso) quando do início da segunda etapa.~~
- 7.33.2. ~~(....)~~
- 7.34. ~~Fica o contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto.~~
- 7.34.1. No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não-executada do contrato.
- 7.34.2. O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do (especificar o índice de correção monetária a ser adotado), ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.

- ~~7.35. A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.~~
- ~~7.36. O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até (....) dias, contados do recebimento do (recibo OU nota fiscal OU fatura OU documento idôneo).~~
- ~~7.37. A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.~~
- ~~7.38. O pagamento de que trata este item está condicionado à tomada das seguintes providências pelo contratado:~~
- ~~7.38.1. comprovação da execução da etapa imediatamente anterior do objeto pelo contratado, para a antecipação do valor remanescente;~~
- ~~7.38.2. prestação da garantia adicional nas modalidades de que trata o art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de ...%.~~
- ~~7.38.3. O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.~~

Cessão de crédito

- 7.39. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.
- 7.39.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.
- 7.40. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 7.41. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 7.42. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)
- 7.43. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **[MENOR PREÇO]**

Regime de execução

- 8.2. O regime de execução do contrato será **empreitada por preço unitário**.

Exigências de habilitação

- 8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Requisitos compatíveis com o exposto no item 10.22 deste Termo de Referência.

Habilitação jurídica

- 8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.12. ~~Ato de autorização para o exercício da atividade de (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por (especificar o órgão competente) nos termos do art. da (Lei/Decreto)-nº~~

- 8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);
- 8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes ~~[Estadual/Distrital]~~ ou *Municipal ou Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.19. Prova de regularidade com a Fazenda ~~[Estadual/Distrital]~~ ou *Municipal ou Distrital* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos ~~[Estadual/Distrital]~~ ou *Municipal ou Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 8.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);
- 8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 8.24.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 8.24.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.24.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.24.4. O Microempreendedor Individual com base no art. 68 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 é considerado pequeno empresário, pelo qual faz jus a dispensa de apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis em observância ao §2º do art. 1.179, do Código Civil.” assim, dispensado sobre o referido documento, amparado por Leis que regem tal conduta.

8.24.5. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação ~~[capital mínimo]~~ OU patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor total estimado da contratação OU ~~[valor total estimado da parcela pertinente]~~.

8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.28. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.29. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.30. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade;

8.30.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.30.2. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.30.3. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.30.4. (....)

8.30.5. (....)

8.30.6. (....)

8.30.7. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.30.8. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.30.9. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.30.10. Prova de atendimento aos requisitos previstos na lei

8.31. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.31.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.31.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.31.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.31.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.31.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.31.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

8.31.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 109.945,20 (*cento e nove mil novecentos e quarenta e cinco reais e vinte centavos*), conforme custos unitários apostos *no item 1.1 deste termo de referência. ~~OU [em anexo].~~*

OU

9.2. ~~O valor de referência para aplicação do maior desconto corresponde a R\$.~~

OU

9.3. ~~O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tomado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.~~

9.4. ~~A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato~~

9.5. *Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:*

9.5.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.5.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.5.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.5.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. ~~A contratação será atendida pela seguinte dotação:~~

- ~~I) — Gestão/Unidade: [...];~~
- ~~II) — Fonte de Recursos: [...];~~
- ~~III) — Programa de Trabalho: [...];~~
- ~~IV) — Elemento de Despesa: [...];~~
- ~~V) — Plano Interno: [...];~~

10.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

Quartel em Ipameri-GO, 27 de janeiro de 2025.

WALLYSSON SILVA CARVALHO – 1º TEN
Responsável pela elaboração do Termo de Referência

=====

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

NUP: 80581.004629/2024-50

1. APROVO o presente Termo de Referência;
2. Que seja realizado conforme Lei em vigor; e
3. AUTORIZO que seja tomada as devidas providencias administrativas.

Quartel em Ipameri-GO, 27 de janeiro de 2025.

RODRIGO DUARTE MONTEIRO - Cap

Ordenador de Despesas da 23ª Cia E Cmb Mec